

A INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA REVISÃO DE LITERATURA

Solange Gomes de Medeiros Câmara¹
Fátima Raquel de Góis Oliveira²
Sheila Beatriz da Silva Fernandes³
Elinaide Maia de Lima Alves⁴
Leila Maia Custódio Dantas⁵

RESUMO

A Constituição brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) determinam que todas as crianças devem ter acesso à escola comum, e que ninguém deve ser privado do direito à educação, sendo ela um dever do Estado e da Família. Baseado nesse princípio pode-se pensar a educação como prática inclusiva capaz de abranger todos os sujeitos, inclusive a criança com transtorno do espectro autista (TEA). Esse trabalho apresenta como objetivo de refletir a inclusão do aluno com TEA no ensino fundamental e como se dá seu desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. A metodologia utilizada é uma revisão de literatura (pesquisa bibliográfica), por meio de livros, leis e decretos nacionais, e artigos científicos que abordam a inclusão do aluno com autismo no ambiente escolar. A análise do material apresenta que embora existam decretos que estabeleçam a efetivação de uma educação inclusiva na prática escolar, muitos professores encontram dificuldades para desenvolver as práticas de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA. A literatura destaca que os recursos tecnológicos proporcionam autonomia e auxiliam na aprendizagem, uma vez que as limitações físicas ou sensoriais tendem a se tornar um obstáculo durante a realização das atividades dos alunos com TEA. Portanto, nesta pesquisa bibliográfica evidenciou-se o relevante papel desenvolvido pelo professor no processo de ensino e aprendizagem do aluno, bem como a família também desenvolve um importante papel, e deve promover a criança com TEA situações cotidianas de interações e convívio social.

Palavras-chave: Autismo, Educação Básica, Ensino Fundamental, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece que ninguém deve ser privado do direito à educação, sendo ela um dever do Estado e da Família. Baseado nesse princípio, pode-se pensar

¹ Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Cândido Mendes – UCAM, solangeregalado@hotmail.com;

² Especialista em Literatura e Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do RioGrande do Norte – IFRN, q.elsinha@yahoo.com.br;

³ Mestre pelo programa de Pós-graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade Estadual do RioGrande do Norte - UERN, sheilafernandes_jc@hotmail.com;

⁴ Especialista em Didática do Ensino pela Universidade Potiguar – UNP, elinaideapodi@hotmail.com;

⁵ Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integradas de Patos - FIP, leilamaiacd@hotmail.com

a educação como uma prática inclusiva capaz de abranger sujeitos distintos. A instituição escolar, durante boa parte da história do país, foi retida a um grupo de pessoas, excluindo desse processo, alunos que apresentavam alguma necessidade especial, seja ela física ou psíquica. Entretanto, devido aos avanços na legislação nacional em torno da política de educação especial, o número de crianças diagnosticadas com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) vem aumentando nas salas de aula regulares.

No entanto, além de matricular esses alunos, a escola precisa de adaptações e modificações na área pedagógica, de infraestrutura e de recursos humanos para atendê-los de forma adequada, para que na prática ocorra uma educação de forma inclusiva. Desse modo, elabora-se como questão problema: Como se dá a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula regular? Esse trabalho apresenta como objetivo geral refletir a inclusão do aluno com TEA e seu desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Como objetivos específicos propõe: Identificar as principais dificuldades da promoção de uma educação inclusiva; Compreender como dá o processo de inclusão do aluno com TEA e destacar práticas pedagógicas que favoreçam aos alunos com TEA.

O interesse em pesquisar a temática surgiu diante dos princípios e desafios perante a educação inclusiva, uma vez que não se trata só de incluir a aluno, mas acompanhar todo o desenvolvimento para que o processo de ensino aprendizagem aconteça, de forma que os profissionais da educação compreendam que a escola é composta por diferenças e essas diferenças devem ser respeitadas. Neste sentido, esta pesquisa torna-se um estudo de relevância que fortalecerá a relação educador e aluno, buscando promover a construção de conhecimentos sobre o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O trabalho está dividido em seções, que de forma articuladas, buscam alcançar os objetivos propostos. No primeiro momento é apresentado o procedimento metodológico adotado na pesquisa, trata-se de uma revisão de literatura. A segunda seção trata-se das dificuldades em torno da realização de uma educação inclusiva e abrangente, destacando a inclusão de alunos com TEA. A terceira seção busca explicar como ocorre a inclusão de uma criança com autismo na sala de aula, e apresentar o papel desenvolvido pelo professor. Por fim, na última seção, aborda-se algumas práticas pedagógicas que podem auxiliar o trabalho dos professores com alunos autistas.

METODOLOGIA

Para realização desse trabalho adotou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica ou revisão de literatura por meio de livros, políticas educacionais em torno da educação inclusiva, artigos científicos, dentre outras fontes. A fundamentação teórica consistiu na base de sustentação para os objetivos específicos propostos, contribuindo para o entendimento em torno da educação inclusiva.

Para Pizzani et al. (2012), a revisão de literatura apresenta finalidades, dentre elas: proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico. Para Boccato (2006, p. 266), uma pesquisa bibliografia busca:

A resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador um conhecimento teórico e aprofundado acerca do seu objeto de pesquisa, bem como, possibilita conhecer os eixos mais explorados dentro da temática, os menos debatidos, os principais autores, as fontes. Quando uma pesquisa bibliográfica é bem elaborada, ela é capaz de gerar bons resultados, e ainda, inquietações para pesquisas acadêmicas futuras.

Os resultados obtidos e apresentados ao longo dessa pesquisa se deram por meio das leituras de artigos divulgados em sites e plataformas como: artigos publicados no Scientific Electronic Library Online (SciELO), consulta pública da legislação educacional e específicas para a inclusão de alunos com TEA, bem como, monografias e dissertações publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diante das diferenças presentes na sociedade, é necessário pensar a educação como um processo capaz de incluir os múltiplos sujeitos, a escola deve constituir-se num ambiente

abrangente e inclusivo. Vários autores se dedicaram em elaborar definições em torno da educação inclusiva, denominada por alguns educadores como educação especial.

É muito comum as pessoas confundirem alguns termos quando se fala em educação especial, são eles integração e inclusão. Segundo Mantoan (2006) integração consiste em colocar o aluno com deficiência nas escolas, no entanto, com um acompanhamento diferenciando e com adaptação das tarefas realizadas. Para o autor:

O uso da palavra ‘integração’ refere -se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes (MANTOAN, 2006. p.18).

Em contrapartida, para Mittler (2003, p. 34), a educação inclusiva é aquela “baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos, e celebra a diversidade”. Nesse caso, um ensino inclusivo é aquele que garante o acesso, a permanência e o ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas deficiências educacionais específicas. Entretanto, a educação brasileira ainda não garante o ensino de qualidade para essas pessoas com deficiência, seja ela física ou psíquica.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) é considerada um marco para a educação inclusiva, ela estabeleceu que as escolas regulares devem pensar a educação como um princípio universal, atuando no combate de práticas discriminatórias, oferecendo condições para o desenvolvimento e um ensino de qualidade. O documento determina ainda que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; Aquelas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades; Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema (UNESCO, 1994, p. 8).

O capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996), trata somente de aspectos referentes à educação inclusiva. Segundo o documento, educação especial ou inclusiva é aquela “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de

ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). O documento ainda ressalta a necessidade de profissionais qualificados para trabalhar nessa modalidade de ensino.

Diante disso, para que ocorra na prática uma educação inclusiva, se faz necessário professores qualificados. No entanto, percebe-se que muitos educadores, durante suas formações acadêmicas, não são preparados para desenvolver estratégias para a educação inclusiva, em especial, para um aluno com TEA. Além de uma formação docente apropriada, se faz necessário materiais e recursos didáticos voltados para atender as múltiplas áreas de deficiência educacionais específicas do discente.

Em relação ao autismo, se pode destacar que ele se tornou objeto de estudo por pesquisadores de diversas áreas, dentre elas a psicologia e a educação. Mello (2007, p. 16) conceitua autismo como sendo:

Um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação.

Para Camargo e Bosa (2009, p. 65), “o autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuado atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses”. De acordo com Klin (2006), apenas em 1980 o autismo foi reconhecido e inserido em uma nova classe de transtornos, os transtornos invasivos do desenvolvimento.

Carvalho (2008) ressalta que a condição do aluno com autismo ainda é muito discriminada nas instituições escolares. Assim, a escola tem a responsabilidade de além de incluir esse aluno, oferecê-lo oportunidades iguais aos demais alunos, não se trata apenas de inserir o aluno na sala de aula regular, mas, oferecer subsídios que possibilite igualdade.

Em 2012 foi aprovada a Lei Berenice Piana, Lei nº 12.764/129, que vem determinar a Política de proteção dos Direitos das Pessoas do Espectro Autista. São direitos de pessoas com TEA:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:
I - à vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
II - à proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
III - o acesso à ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

- b) o atendimento multiprofissional;
- c) à nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (BRASIL, 2012).

Apesar da legislação, as famílias que têm pessoas com TEA, normalmente sentem dificuldades no cumprimento desse artigo, uma vez que as políticas públicas não oferecem os mecanismos necessários para o cumprimento das exigências legais. Nas escolas por exemplo, os profissionais não são preparados para receber uma criança com autismo.

Os professores que lidam com a educação inclusiva necessitam de cursos que lhes preparem para lidarem com as diferenças existentes na sala de aula. Segundo a LBD (BRASIL, 1996), para atuar na educação especial é necessário “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Sem uma formação adequada, o profissional terá dificuldades no desenvolvimento das práticas que viabilizem um ensino inclusivo.

Silva e Brotherhood (2009) ressaltam que para a escola promover a inclusão do aluno com TEA é preciso que os profissionais da educação tenham uma formação especializada. Esta possibilita “conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental” (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

A garantia do ensino inclusivo não se limita ao papel do professor, mas se faz necessário que toda a comunidade escolar esteja envolvida nesse processo educativo. Para Lopez (2011, p. 16),

Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Esta tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem estão disponíveis e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo.

Mello (2007) cita as principais dificuldades manifestadas no aluno com TEA que interfere no processo de ensino e aprendizagem. A autora divide essas dificuldades em três blocos, sendo eles:

- Dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal.
- Dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo e o mais fácil de gerar falsas interpretações.
- Dificuldade no uso da imaginação - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Exemplo: comportamentos obsessivos e ritualísticos (MELLO, 2007, p.114-115).

A autora ainda ressalta que nem sempre é fácil reconhecer o aluno com TEA, uma vez que o aluno não apresenta nenhuma característica física diferente das demais crianças, dessa forma, a aceitação e identificação de alguns traços são essenciais. Mello (2007) apresentam as especificidades que auxiliam a identificar um aluno com TEA, sendo estas:

Usa as pessoas como ferramenta, resiste à mudança de rotina, não se mistura com outras crianças, não mantém contato visual, age como se fosse surdo, resiste ao aprendizado, apresenta apego não apropriado a objetos, não demonstra medo de perigos, gira objetos de maneira bizarra e peculiar, apresenta risos e movimentos não apropriados, resiste ao contato físico, acentuada hiperatividade física, às vezes é agressivo e destrutivo, apresenta modo e comportamento indiferente e arredo. (MELLO, 2007, p.72).

Entretanto, ainda segundo Mello (2007), algumas famílias não querem aceitar que seus filhos tenham autismo, outros não buscam um diagnóstico adequado. Nesse sentido, a autora destaca o papel desempenhado pelos responsáveis do aluno com TEA, diante disso é necessário “conhecer a questão do autismo. Admitir a questão do autismo. Buscar apoio de um grupo de pessoas que estejam envolvidas com a mesma questão e que procuram conviver com ela da melhor maneira possível” (MELLO, 2007, p. 14). Nesse momento, entra o papel desenvolvido pelas escolas.

A educação se apresenta como um importante recurso para o desenvolvimento do aluno com TEA. Para Orrú (2012), uma das principais características presentes no desenvolvimento dos alunos com TEA são percebidas nas escolas, como: os déficits de comunicação e linguagem, ausência da linguagem verbal ou o seu desenvolvimento tardio, ou ainda dificuldades na comunicação e interação com os outros alunos, normalmente os autistas são agitados e não gostam de sair da rotina.

De acordo com Carothers e Taylor (2004), o objetivo da educação de uma criança autista é o de possibilitar uma maior independência, proporcionando mais segurança ao executar tarefas simples do cotidiano, além de melhorar a qualidade de vida da criança e de seus familiares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A LDB estabelece a necessidade de “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). Nesse processo, muitos educadores têm recorrido aos recursos tecnológicos e digitais para auxiliar no ensino e aprendizagem do aluno com TEA. No entanto, o primeiro passo é conhecer as especificidades de seu aluno, entender que cada criança autista apresenta habilidades diferentes.

De acordo com Galvão Filho (2002), os recursos tecnológicos proporcionam autonomia, e auxiliam no processo de aprendizagem, uma vez que as limitações físicas ou sensoriais tendem a se tornar um obstáculo durante o processo de aprendizagem do aluno com TEA. Galvão Filho (2002) ainda ressalta que, no contexto da educação inclusiva, existe um elevado número de recursos pedagógicos e didáticos que podem ser inseridos nas salas de aulas inclusivas, alguns deles com baixo custo, podendo por exemplo, serem produzidos em casa pelos próprios professores, dentre esses recursos, se pode citar os jogos educativos. Estes possibilitam entretenimento e interação do grupo, além de favorecer uma aprendizagem lúdica e divertida.

Carothers e Taylor (2004) ressaltam que existem algumas técnicas que apresentam resultados no processo de aprendizagem de crianças autistas. São elas: Modelagem através de gravação de vídeo; Rotina de atividades pictográficas; Participação e Orientação de Colegas. Sobre essa última técnica, os autores enfatizam que ela possibilita a interação com os demais alunos e ainda uma autonomia da criança autista. Os autores defendem a necessidade de se trabalhar o lúdico e a imaginação com a criança, fazendo com que esse aluno aprenda, se desenvolva, brinque, se relacione em grupo.

Gomes (2011) cita o emprego de Tecnologias Assistivas (TA) nas salas de aulas que se encontra o aluno com TEA. O autor observou uma sala de aula com uma criança autista, na ocasião a professora fazia uso das TA e foi possível perceber o envolvimento e a comunicação entre todos os alunos, possibilitando a autonomia ao aluno com TEA. Desse modo, podemos afirmar que o uso dos jogos como ferramenta pedagógica apresenta resultados positivos, uma vez que conseguem desenvolver o social, o emocional e o relacionamento da criança autista com as demais crianças da instituição. Para garantir a eficácia dos jogos é de suma importância que os

professores tenham especialização na área da educação especial inclusiva para realizar um planejamento didático e pedagógico direcionado para o aluno com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve se constituir um espaço abrangente e igualitário, onde todos os sujeitos tenham acesso e possibilidade de aprenderem e se desenvolver. Em relação ao autismo, a inclusão escolar possibilita ao aluno com TEA a efetivação dos direitos iguais, previstos na Constituição Federal vigente no país (1988). Inclusão não é apenas colocar a criança dentro da sala de aula regular, mas incluir em todas as atividades escolares, propondo condições para que ela possa interagir e construir novos conhecimentos.

Através dessa pesquisa bibliográfica, evidenciou-se o relevante papel desenvolvido pelo professor no processo de ensino e aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista. A família tem a função primordial na educação da criança autista, bem como na interação e no convívio social, realizando atividades em espaços públicos com a finalidade da criança ter contato com outras crianças.

O trabalho destacou práticas pedagógicas que podem ser inseridas na sala de aula para auxiliar o professor no ensino de alunos com TEA, dentre essas práticas podemos citar: jogos educativos e tecnologias assistidas. Esta pesquisa apresenta relevância social e acadêmica, uma vez que possibilita aos professores e a sociedade compreender a importância de incluir e garantir a educação de qualidade do aluno com TEA no ensino regular. Entende-se que a pesquisa pode ser expandida, e levada para dentro das escolas ouvindo os professores que trabalham com a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração das pessoas portadoras de Deficiência, 1994.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **D.O.U.**, dezembro de 1996, Brasília, 1996.

_____. **Lei Berenice Piana.** Institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012.

CAMARGO, Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/20834/000718941.pdf?sequence=1>. Acesso em 31 de jan. 2020.

CAROTHERS, Douglas E.; TAYLOR, Ronald L. **Como pais e educadores podem trabalhar juntos para ensinar habilidades básicas de vida diária para crianças com autismo.** 2004. Disponível em: http://www.ama.org.br/html/apre_arti.php?cod=64. Acesso em 01 fev. 2020.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a Reorganização do Trabalho Pedagógico.** 1. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **As novas tecnologias na escola e no mundo atual: fator de inclusão social do aluno com necessidades especiais?** In: Anais do III Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação Especial, Fortaleza, MEC, 2002. Disponível em <http://www.galvaofilho.net/comunica.pdf>. Acesso em 02 fev. 2020.

GOMES, R. C. **Interações comunicativas entre uma professora e um aluno com transtorno invasivo do desenvolvimento na escola regular.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. 3-11, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 fev. 2020.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas.** 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 64 p.

MELLO, Ana Maria S. Rosde. Autismo: guia prático. Colaboração: Marialice de Castro Vatauvuk. 7. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: <http://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/7guia%20pratico.pdf>. Acesso em 31 de jan. 2020.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Wak, 2012.



PIZZANI, Luciana. SILVA, Rosemary Cristina da. BELLO, Suzelei Faria. HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. **Autismo e inclusão**: da teoria à prática. In: V ECPP, Maringá, out. 2009. Disponível em: <http://www.unicesumar.edu.br/epcc2009/anais/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca. Necessidades Educativas Especiais – NEE. **Conferência Mundial sobre NEE**, Salamanca.